

1. Leitura e revolução digital

Este capítulo tem início com as considerações de Roger Chartier acerca das práticas de leitura, principalmente no que diz respeito às mudanças experimentadas a partir da chamada “revolução digital” e suas consequências sobre a mídia impressa. Os estudos de Chartier, nesta tese, são a principal referência teórica e servirão também, juntamente com as questões abordadas por outros teóricos do campo da leitura e da história da mídia, como Alberto Manguel, Robert Darnton, Asa Briggs e Peter Burke, como base para a análise dos resultados que emergirem do campo empírico. Dessa forma, após uma profunda análise dos estudos de Chartier e suas implicações, serão levantados os pontos de vista dos outros autores já citados. Trago também informações sobre pesquisas internacionais sobre jovens e mídia, nos últimos anos. Por fim, situo as questões desta pesquisa a partir das reflexões expostas.

1.1 Chartier: os caminhos que nos trouxeram até aqui

Estamos diante de um fato inédito, em que, pela primeira vez, assistimos à transformação de três níveis fundamentais no campo da leitura: o nível da técnica, o nível do suporte e o nível da prática de leitura. Não há nada que se assemelhe a isso na história da humanidade e de suas práticas de leitura, segundo Roger Chartier³. A textualidade eletrônica, para o autor, constitui-se em uma revolução tecnológica, que substitui toda uma cultura impressa – o livro, a revista, o jornal – pela tela do computador. A consequência mais direta é a transformação da relação entre leitor e texto escrito. Se, por um lado, essa revolução traz benefícios como o hipertexto - o texto em formato digital, ao qual são agregados outros conjuntos de informação em forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons -, por outro ela impõe uma leitura descontínua, com práticas totalmente diferentes da leitura de um livro ou periódico impresso. A primeira tentação de muitos é comparar essa revolução eletrônica com a de Gutenberg, ocorrida no século XV, quando a prensa móvel foi

³ Informações contidas em entrevista feita com o autor pela TVE Brasil, disponível em http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/roger_chartier.htm. Acesso em 1 de abril de 2010.

inventada pelo alemão, possibilitando a produção em massa de livros impressos, sendo economicamente rentável para gráficas e leitores. As mudanças técnicas experimentadas naquela época, porém, não transformaram, de fato, a prática de leitura, uma vez que o jeito de ler, a partir dela, continuou a ser o mesmo. Gutenberg apenas possibilitou a reprodução dos livros e dos jornais, mas não modificou suas estruturas.

Um livro manuscrito (...) e um livro pós-Gutenberg baseiam-se nas mesmas estruturas fundamentais – as do códex. Tanto um como outro são objetos compostos de folhas dobradas um certo número de vezes, o que determina o formato do livro e a sucessão de cadernos. Esses cadernos são montados, costurados uns aos outros e protegidos por uma encadernação. A distribuição do texto na superfície da página, os instrumentos que lhe permitem as identificações (paginação, numerações), os índices e os sumários: tudo isto existe desde a época do manuscrito. Isso é herdado por Gutenberg e, depois dele, pelo livro moderno. (Chartier, 1998, p.7)

Com a revolução digital, porém, a leitura se torna algo completamente diferente do que já foi experimentado. Até a apresentação dos textos é feita de outra maneira, e o impacto disso, principalmente sobre a imprensa escrita e sobre os jovens leitores, crescidos em um mundo já habituado ao uso do computador e da internet, é profundo. O texto na tela do computador cria uma distribuição, uma organização e uma estruturação que não é a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso.

O fluxo sequencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, o fato de que suas fronteiras não são mais tão radicalmente visíveis, como no livro que se encerra, no interior de sua encadernação ou de sua capa, o texto que ele carrega, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito assim como nas maneiras de ler. (Chartier, 1998, p. 13)

Para Chartier⁴, o que lhe parece mais grave, no caso dos jornais, é que a nova forma de apresentação dos textos torna muito difícil a relação entre o fragmento e a

⁴ Dados contidos em entrevista concedida ao repórter André Miranda em 20/02/2010, para projeto especial interno do jornal O Globo. O resultado final deste trabalho não foi publicado, mas se encontra em anexo.

totalidade da obra, entre a notícia e seu projeto editorial. Os leitores de hoje, segundo ele, preferem ler na tela informações segmentadas ou fragmentadas, enquanto os leitores tradicionais do jornal têm interesse na relação consciente ou inconsciente entre todos os artigos e reportagens, pois são informações que fazem sentido em conjunto. Ao mesmo tempo em que a revolução digital possibilita um acesso muito mais rápido à informação, ela impossibilita que o leitor compreenda um projeto intelectual de uma revista ou a linha editorial de um jornal. Isso, sem dúvida, representa uma espécie de ameaça ao futuro dos periódicos impressos.

A percepção da cultura escrita e impressa se baseia em diferenças que são bastante visíveis entre os objetos: cartas, documentos, diários, periódicos, livros, entre outros. Só que, com a textualidade eletrônica, tudo isso se transforma, ou melhor, a diferenciação entre os discursos a partir de sua materialidade passa a não mais existir. Agora, um único aparelho, o computador, faz surgir na tela, diante do leitor, diversos tipos de textos que eram tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes. Todos os textos, de qualquer gênero, são lidos em um único suporte e nas mesmas formas. Surge, a partir disso, uma primeira confusão ou inquietação por parte dos leitores, que veem seus critérios imediatos desaparecerem, aqueles que os permitiam hierarquizar, classificar e distinguir os discursos. O mais difícil, segundo Chartier (2002a), é mesmo a percepção da obra como obra. Sendo a leitura diante da tela descontínua e sendo o leitor aquele que, a partir de então, busca o fragmento do qual quer se apoderar (um artigo de um periódico, um capítulo de um livro), a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento não são percebidas.

A originalidade e a importância da revolução digital apoiam-se no fato de obrigar o leitor contemporâneo a abandonar todas as heranças que o plasmaram, já que o mundo eletrônico não mais utiliza a imprensa, ignora o “livro unitário” e está alheio à materialidade do códex. É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. (Chartier, 2002a, p.24)

Há, certamente, outros impactos advindos dessa nova revolução. Um deles diz respeito à sensação de liberdade do leitor. Chartier (1998) acredita que o leitor da tela

tanto se assemelha ao leitor da Antiguidade, uma vez que o texto lido corre diante de seus olhos (antes horizontalmente, com o livro de rolo, e agora verticalmente, com a barra de *scroll*⁵), quanto com o leitor medieval ou o leitor do livro impresso, que tem a possibilidade de usar referências como paginação, índice e recorte do texto. Ainda assim, guardadas as semelhanças, o leitor da tela para o autor é mais livre, pois o texto eletrônico permite um maior distanciamento com relação ao escrito. Com esse novo suporte, há uma separação entre texto e corpo leitor, em outras palavras, o eletrônico estabelece uma relação não corporal. Aquele que lia o escrito em códex tinha que colocá-lo sobre uma mesa, diante de si, e virar suas páginas; ou então segurá-lo, se um formato menor assim o permitisse, o que não acontece com o texto eletrônico. Pensando assim, é possível também afirmar que o gestual da escrita se modifica por completo. Quem escrevia na era da pena produzia uma grafia que estava intimamente relacionada aos seus gestos corporais. A mediação do teclado, com o uso do computador, impõe um afastamento entre o autor e seu texto. Dessa forma, técnicas e posturas frente ao escrito estão, hoje, tanto no que diz respeito ao sentido físico quanto ao intelectual, em uma nova posição, sendo esta radicalmente original.

Outro novo aspecto que emerge da revolução eletrônica está ligado às noções de autor, editor e distribuidor, além das de tipógrafo e livreiro, que ganharam força principalmente com a revolução industrial da imprensa, já no século XIX, e que hoje correm o risco de ser pulverizadas. Chartier (2007), citando um trecho de Dom Quixote, mostra como, no século XVII, ao entrar em uma oficina de impressão, o personagem criado por Miguel de Cervantes pôde ver de perto como se dava a divisão do trabalho naquele local, enfatizando que em um canto da oficina era feita a reprodução, em outro, a correção, em um terceiro era feita a revisão e assim por diante. Cervantes, nesse ponto de sua obra, mostra a divisão e a multiplicidade de tarefas necessárias para que um texto viesse a ser um livro ou um impresso de outro tipo. A produção do texto era realizada em diferentes etapas, técnicas e intervenções. Já pela rede eletrônica, todas essas operações podem ser acumuladas e tornadas contemporâneas umas das outras. “*Sequências temporais que eram distintas, que*

⁵ Scroll é a barra de rolagem que fica ao lado direito da tela, usada para “rolar” o texto ou a página apresentados verticalmente.

supunham operações diferentes, que introduziam a duração, a distância, se aproximam” (Chartier, 1998, p. 17).

No mundo do texto eletrônico, edição e distribuição são uma coisa só, que pode ser feita por apenas uma pessoa. Por outro lado, uma outra mutação ligada ao universo eletrônico se refere ao que Chartier (2002a) chama de “ordem das propriedades”, no sentido jurídico que fundamenta a propriedade literária (o *copyright*) e no sentido textual. O texto eletrônico é móvel, maleável e aberto, possibilitando ao leitor intervir em seu próprio conteúdo, deslocando, recortando, estendendo, recompondo as unidades textuais das quais se apodera. É nesse processo que desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, uma vez que estão sendo constantemente modificados por uma escrita que é coletiva, múltipla e polifônica.

Para caracterizar a leitura do texto eletrônico, seria preciso considerar que a tela não é uma página e sim um espaço com três dimensões (Chartier, 2002a). Ela possui profundidade e ali brotam sucessivamente, de seu fundo, os textos, para assim alcançarem a superfície iluminada. Como consequência, podemos perceber que o próprio texto – e não o seu suporte – está dobrado no espaço digital, produzindo uma textualidade suave, móvel e infinita. O desafio e a incerteza do que isso produzirá mais à frente, no futuro, está na capacidade de o texto desencadernado do mundo digital superar - ou não - a tendência ao derramamento que o caracteriza. De qualquer forma, o mais provável, para as próximas décadas, é a coexistência, não necessariamente pacífica, entre as diversas formas do livro e os modos de comunicação e inscrição dos textos: a escrita manuscrita, a publicação impressa e a textualidade eletrônica.

Mas o que será que surgiu primeiro nesse processo de revolução tecnológica: a oferta ou a procura? Foram os leitores que, com a falta de tempo para absorver informações, exigiram esse novo formato, ou foram os próprios veículos escritos que trouxeram ao público um novo jeito de transmitir notícias? Para Chartier⁶, foi um

⁶ Dados contidos em entrevista concedida ao repórter André Miranda em 20/02/2010, para projeto especial interno do jornal O Globo. O resultado final deste trabalho não foi publicado. A entrevista se encontra em anexo.

processo recíproco, determinado, entre outros fatores, pelo modelo da televisão. Foi com ela que aprendemos a esperar pelas notícias em fragmentos, com informações que se sobrepõem umas às outras rapidamente, deixando as antigas para trás. Da mesma maneira, o *zapping*, a mudança de canais acelerada com o controle remoto, também produz a nossa necessidade pela fragmentação. Isso influenciou e vem influenciando a cultura impressa, a cultura escrita. Ao mesmo tempo, há também a necessidade, pela falta de tempo em meio a tanta informação disponível, de um público que quer encontrar rapidamente o que procura. Isso o direciona para a oferta fragmentada das novas tecnologias. Assim, há uma relação de reciprocidade entre as expectativas constituídas pelas telas, não só as dos computadores, mas também as da televisão, e as possibilidades imensas de se navegar em um oceano de fragmentos.

Em “Leitura e leitores na França do Antigo Regime”, Chartier (2003) faz uma análise das mudanças que recaem sobre as práticas leitura no século que separa os anos de 1660 e 1780. É principalmente nessa fase que o mundo inteiro assiste a uma ampliação dos públicos do livro. Interessante, e talvez até irônico, notar que nessa época de difusão do impresso, pós-Gutenberg, a sociedade experimentava, de acordo com o autor, uma cultura ainda amplamente oral, gestual e imagética. De certa forma, passados pouco mais de 200 anos, já no século XXI, quando estamos em busca de fragmentos e não mais de textos completos, nos encontramos novamente mergulhados em uma cultura oral, gestual e imagética. Ainda assim, mesmo estando em momentos parecidos, guardadas as devidas proporções, vamos caminhando em uma direção oposta, em um movimento que parece nos levar, cada vez mais, para o imagético. Se o objetivo é compreender para onde estamos indo, talvez seja importante saber de onde viemos, como chegamos a um ponto que guarda semelhanças com dois séculos atrás.

Por muito tempo a aferição da cultura do escrito na sociedade francesa só foi realizada através de duas séries de medidas: pela contagem de assinaturas, que tinha como objetivo estabelecer as taxas de alfabetização, e outras que, analisando atentamente os inventários das bibliotecas, tendiam a examinar dados como a circulação dos livros (Chartier, 2003). Para o autor, as taxas de alfabetização não dão a medida da familiaridade com o escrito, pois este está instalado no próprio seio da

sociedade analfabeta, em rituais festivos, espaços públicos e locais de trabalho. O escrito pode ser consumido, por exemplo, através da fala de quem o lê por aqueles que dele têm pouca ou nenhuma compreensão. Assim, Chartier, como historiador, se apoia nas pesquisas feitas no segundo caso citado, o dos inventários das bibliotecas, mas faz questão de deslocar sua análise, pois leva em conta alguns dados importantes, como o fato de que nem todo livro lido é possuído. A chave para o estudo da história da cultura escrita e da leitura, de acordo com ele, está em concentrar a atenção nos diferenciados empregos e nas mais diversas apropriações feitas a partir de um mesmo bem ou de uma mesma ideia, pois os objetos podem ser compartilhados, mas nem por isso seriam as apropriações seriam idênticas.

A posse privada do livro não pode indicar por si só a convivência com o impresso e seus usos ou efeitos plurais. Mesmo que seja impossível estabelecer o número desses leitores que não sabem assinar, nem o dos leitores que não possuem nenhum livro (pelo menos nenhum livro digno de ser avaliado pelo tabelião que estabelecia o inventário dos bens), mas que, entretanto, liam tabuletas e cartazes, pasquins e livros azuis, é necessário postular uma existência numerosa para compreender o próprio impacto do impresso (...). (Chartier, 2003, p. 376)

Seguindo com esse argumento, podemos compreender alguns dos pontos da história da leitura, principalmente a partir da invenção da prensa de Gutenberg. É no século II da era Comum que o códex, o livro com páginas, tal qual conhecemos, substitui o rolo. Essa transformação do suporte traz, em si, novas práticas leitoras. O rolo é um tipo de publicação que pouco se parece com o seu sucessor, sendo formado por uma longa faixa de papiro ou pergaminho que faz com que o leitor tenha que segurá-lo com as duas mãos para poder desenrolá-lo. Não é preciso, por exemplo, um apoio para se ler o códex, assim como é necessário com o rolo. Pode-se levar o códex para os mais variados lugares, pode-se carregá-lo, de fato. Um autor, por exemplo, não poderia escrever ao mesmo tempo em que lê um rolo. *“Ou bem ele lê, e suas duas mãos são mobilizadas para segurar o rolo, e neste caso, ele só pode ditar a um escriba suas reflexões, notas, ou aquilo que lhe inspira a leitura”* (Chartier, 2002, p. 24). Já o códex permitiu gestos inéditos, como folhear o livro, citar trechos com precisão e, acima de tudo, estabelecer índices. Foi esse suporte que estabeleceu uma

leitura fragmentada, mas que sempre percebia a totalidade da obra, identificada por sua própria materialidade.

Por séculos, imperou a cultura do manuscrito através do códex e, durante a Idade Média, a prática de leitura se concentrava principalmente no interior das igrejas, nas celas, nos refeitórios e nos claustros das escolas religiosas. Se essa leitura é silenciosa, pois pressupunha uma atividade meditativa, o mesmo não se podia dizer da leitura nos centros urbanos e rurais, que se dava de forma oral, pelo baixo número de publicações existentes, entre outros motivos, como as taxas de analfabetismo. O Ocidente, àquela época, encontrava-se completamente enraizado no universo da oralidade. A palavra estava sempre presente: era parte de festas, da diplomacia, da pregação religiosa, do discurso de trovadores, juízes e governantes, fazendo com que as pessoas vivessem e atualizassem seu cotidiano por meio das vozes.

Com a invenção da prensa por Gutenberg, no século XV, uma enxurrada de publicações invade o mundo nos séculos seguintes, mas há, ao contrário do que se imagina e embora se tenha acreditado em uma ruptura total, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso. O manuscrito, o escrito copiado à mão, sobreviveu ainda por muito tempo, até o século XVIII, e mesmo até o século XIX. Ele valia principalmente para os textos proibidos, cuja existência deveria permanecer secreta.

De modo geral, persistia uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos “mecânicas” e nas práticas de comércio. Manteve-se também a figura daquele que na Inglaterra do século XVIII se chamava de *gentleman-writer*, aquele que escrevia sem entrar nas leis do mercado, à distância dos maus-modos dos livreiros editores, e que preservava assim uma cumplicidade muito forte com os leitores. (Chartier, 1998, p. 9)

A partir do século XVIII, principalmente, há quem diga que ocorre uma nova revolução da leitura, mas para Chartier⁷, tal fato ainda é muito discutido. De qualquer forma, os objetos se multiplicaram, e o mundo passou a viver um momento de circulação importante de periódicos, os países europeus experimentam uma produção

⁷ Entrevista concedida a Ivan Jablonka (Fapesp/USP), disponível no site http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/entrevista_chartier.php. Acesso em 12/04/2010.

livresca nunca antes vista e o acesso fácil a um sem-número de libelos e panfletos era indiscutível. Os pintores desse mesmo século passam a mostrar a leitura como ato por excelência do foro privado, de isolamento intenso, afetivo, intelectual e plural (Chartier, 2003). No quadro “Camille Desmoulins na prisão”, por exemplo, de Hubert Robert, o livro é mostrado como um “companheiro de infortúnio”, que acompanha o sujeito retratado em seu isolamento forçado e absoluto, junto com poucos objetos familiares e o retrato da mulher que ama.

Se analisarmos o mobiliário do início do século XVIII, é possível perceber que ele dá o suporte adequado a essa leitura íntima: havia a poltrona dotada de braços e guarnecida com almofadas, a cadeira de preguiça, entre outros. Ao longo das décadas seguintes, há um esforço de reação contra esse mobiliário, considerado “frívolo” e, como consequência, surgem móveis mais funcionais, que concebem a leitura mais como trabalho e menos como diversão. De toda forma, no fim do século XVIII, há uma proposição de mobiliário utilitário menos utópico, como, por exemplo, uma espreguiçadeira rigorosamente geométrica, cuja sisudez é rompida por grossas almofadas. É a visão de que a leitura tanto serve para o trabalho quanto para a fruição.

Sobre esse momento, Chartier (2003) traz para a discussão a questão de uma possível passagem de estilo de leitura: as elites ocidentais estariam migrando de uma leitura “intensiva” para uma leitura “extensiva”. Sobre a primeira, ele pondera: a relação com o livro é marcada por um respeito excessivo, quase sacralizado; os mesmos textos, lidos e relidos, fazem dos indivíduos sujeitos habituados às mesmas referências, habitados pelas mesmas citações; a leitura “intensiva” é aquela que se dá quando há um número escasso de livros disponíveis, perpetrando textos de forte longevidade; além disso, ela está sempre acompanhada de outros gestos culturais como, por exemplo, a leitura em voz alta, no seio da família. Sobre a segunda, a leitura “extensiva”, ele afirma: ela é baseada na multiplicação dos livros, por isso há a possibilidade de uma individualização do ato de leitura; está separada dos outros gestos culturais; marca uma dessacralização da atitude perante o livro e uma prática mais livre, indo de um texto a outro, mais negligente até com o impresso. Essa mudança ocorre na segunda metade do século XVIII, na Alemanha, e no início do

século XIX, na Nova Inglaterra. Mas, na França, no Antigo Regime, persistem outras maneiras de ler, como aquela em que uma fala mediadora é leitora para letrados e iletrados. O mais certo em relação à questão do “intensivo versus extensivo” seria supor que cada leitor passou, a partir daquele momento, a ser “intensivo” e “extensivo” ao mesmo tempo, absorto ou desenvolto, estudioso ou distraído, de acordo com suas vivências, sua rotina, seu modo de vida. Segundo o autor, a grande “revolução da leitura” do século XVIII residiria justamente na capacidade de mobilizar várias maneiras de ler.

Daí, igualmente, sua natureza complexa, já que é preciso reconhecê-la, não na generalização de um novo estilo, hegemônico e específico, mas em um estilo que recorre a uma pluralidade de práticas, tão antigas quanto novas (...) Essa diversidade sugere que toda abordagem plenamente histórica dos textos literários deve romper com a universalização de uma modalidade particular da leitura e, ao contrário, identificar as competências e as práticas próprias a cada comunidade de leitores, os códigos e as convenções próprios a cada gênero. (Chartier, 2007, p. 267).

É evidente que o processo de difusão do impresso perturba as antigas diferenças. A grande quantidade de publicações disponível torna a leitura, para todos, ricos ou pobres, privilegiados ou não, mais desenvolta. Os impressos não mais constituem um bem escasso, perdendo assim o seu valor simbólico. A partir de então, buscam-se novas distinções entre os leitores: algumas que diferenciam os leitores no próprio ato de sua leitura, como, por exemplo, aqueles que mantêm um estilo antigo, mais sério e intenso e aqueles que não, entre outros. A uniformização relativa da enxurrada de livros, que leva a leitura para muitos, não anula a multiplicidade de maneiras de ler.

A partir do século XVI e início do XVII, a imagem que era inserida no livro estava ligada à técnica da gravura em cobre. Havia, então, uma disjunção entre texto e imagem, já que eram necessárias duas prensas diferentes para essa inserção, duas oficinas, duas profissões. Até o século XIX, a imagem estava situada, assim, à margem do texto. Já a partir dos anos de 1800, os impressos que passam a ter maior espaço e aceitação em foro privado popular não são necessariamente os livros, mas sim materiais mais humildes e efêmeros, com destaque para volantes e pasquins. Os crimes abomináveis, os fatos milagrosos, as maravilhas e os monstros, os prodígios

celestes: estavam todos lá, mobilizando o imaginário coletivo. No século XIX, o pasquim assume, cada vez mais, uma estrutura plural muito própria, reunindo uma ou muitas imagens que formam, juntas, uma narrativa. Por isso, esse tipo de impresso joga com várias modalidades de recepção, permitindo diversas leituras, daquelas que eram mais aptas e preparadas às mais rudimentares. Mesmo no século XVII, na comédia escrita por Ben Jonson, intitulada “Staple of the news” (“O comércio de notícias”), com cenas que se passam em uma oficina onde são reunidas, copiadas e vendidas as notícias da corte, da cidade e do mundo, o apreço às obras ilustradas aparece em diálogos, como descreve Chartier (2007). Um dos personagens, muito satisfeito com a roupa feita pelo seu alfaiate, pergunta que autores ele havia lido e que o ajudaram na confecção da peça, se foram Gravuras Italianas ou Tapeçarias de Arras, obras ilustradas utilizadas por artesãos da época. Assim, é possível ter uma dimensão da importância da imagem para os homens daquele tempo.

Não é de se estranhar, portanto, que o termo leitura, imediatamente apropriado ao livro e aos escritos, de maneira geral, também o seja em relação a uma imagem. Para Chartier (2002b) a extensão de sentido da palavra marca a irredutibilidade e a imbricação entre essas duas formas de representação, que são o texto e a imagem. “*O quadro tem o poder de mostrar o que a palavra não pode enunciar, o que nenhum texto poderá dar a ler*” (p. 164). À representação é atribuído um duplo sentido, ou seja, uma dupla função, que é a de tornar presente uma ausência e também exibir sua própria presença enquanto imagem, constituindo aquele que a olha como sujeito que olha.

No curso do século XVIII, o repertório da imagética encontrada nos inventários após a morte dos mais humildes se diversifica (Chartier, 2003). O número médio das imagens possuídas também aumenta. Entre os criados cuja fortuna é superior à média, ele passa de oito para 22, entre 1700 e 1780. Nos lares populares, um alto número de folhas de formato grande, impressas de um lado só e trazendo imagem e texto pode ser encontrado. Elas estão ao lado da imagem de devoção, representando uma iconografia profana feita de vistas e de paisagens, de retratos e de cenas mitológicas.

É o mergulho na cultura imagética que também nos traz à nossa nova condição de testemunhas hoje da revolução digital. Houve o surgimento do cinema e da TV, nos séculos XIX e XX, que promoveram uma verdadeira revolução audiovisual, ofertando ao mundo, mesmo aos iletrados, a capacidade de se inserirem e formarem uma comunidade de espectadores. Foi essa mesma revolução audiovisual que fez com que muitos proclamassem o fim da leitura, suplantada por completo pelas imagens, fossem elas estáticas ou em movimento. Mas é interessante notar, e Chartier (2001a) chama a atenção para isso, que as possibilidades do computador, da revolução digital, estão na junção do cinema, da TV, da fotografia e, claro, do escrito.

As telas do século XX recém-terminado constituem, na verdade, um novo gênero. Diferente das de cinema ou televisão, essas telas trazem textos – não apenas textos, é certo, mas também ou principalmente textos. A antiga oposição entre, de um lado, o livro, a escrita, a leitura e, de outro, a tela e a imagem foi substituída por uma situação nova que propõe um novo veículo para a cultura escrita e uma nova forma de livro (Chartier, 2001a, p. 28)

1.2 Outros autores, outros pontos de vista

O surgimento dos jornais, por volta do século XV, ajudou a criar uma nova comunidade de leitores: uma comunidade formada por um grande número de pessoas que liam as mesmas notícias, de certa forma, ao mesmo tempo. Para Asa Briggs e Peter Burke (2004), deve-se, acima de tudo, ao jornal diário do século XVIII o fato de os impressos terem se tornado parte da vida cotidiana das famílias. Ainda no século XVIII, tal fenômeno se restringia apenas a algumas regiões da Europa, mas foi em curto período de tempo que a imprensa escrita passou a ser indispensável no “café da manhã” de lares do mundo afora. Como consequências positivas do surgimento da imprensa, Burke e Briggs apontam para o aparecimento da chamada opinião pública, termo que apresenta seu primeiro registro em francês por volta do ano de 1750 e em inglês cerca de 30 anos depois.

O jornal, segundo os autores, também contribuiu para outra mudança percebida nos hábitos de leitura, sobre a qual também Chartier se debruça, quando esta passou de intensiva” para extensiva, ou como Burke (2002) explica, citando Francis Bacon, “do hábito de ‘engolir’ livros para ‘provar’ deles” (p. 180). Essa

revolução, causada pelo grande número de publicações que invadiam o mundo cerca de dois séculos depois da invenção da máquina de impressão por Gutenberg, fez com que o “mergulho na leitura” passasse a conviver também com a “leitura superficial”. Os jornais teriam acompanhado a transformação e se adaptaram à nova maneira de ler do seu público, uma forma de leitura que poderia ser comparada ao que chamamos de “navegar na internet”, buscando apenas uma informação aqui e ali.

Ampliando a discussão sobre as práticas de leitura, Manguel (1997) aponta que o ato de ler é de uma complexidade ímpar, uma vez que apreender letras está relacionado não somente com a visão e a percepção do sujeito, mas também com inferência, julgamento, memória, reconhecimento, conhecimento, experiência e prática. Junte-se a isso o momento, o lugar e o suporte, pois eles também afetam a leitura, e teremos, então, a dimensão da complexidade. Independentemente do suporte utilizado, um texto pode ser considerado incompleto sem a existência do leitor (Manguel, 1997). A escrita, inventada provavelmente por motivos comerciais, como, por exemplo, para lembrar que um certo número de cabeças de gado pertencia a uma determinada família, fazia do escritor, nos primórdios de sua existência, um fazedor de mensagens, ou em outras palavras, um criador de signos. Lembrar disso é lembrar também da importância da outra ponta deste processo desde os tempos mais remotos: os signos ou mensagens, escritos há milênios, precisavam ter alguém que os decifrasse, que lhes desse voz.

O primeiro relato de uma leitura silenciosa, de acordo com Manguel (1997), é a descrição que santo Agostinho faz de Ambrósio, bispo da cidade de Milão, na Itália, por volta do ano de 383. Uma maneira de ler tão estranha que Agostinho a registrou em suas *Confissões*. A descrição que o próprio Manguel faz de um leitor silencioso, após relatar o caso de santo Agostinho, serve para nos fazer entender o quanto se diferenciam os processos de leitura em voz alta e leitura silenciosa:

Olhos perscrutando a página, língua quieta: é exatamente assim que eu descreveria um leitor de hoje, sentado com um livro num café em frente à igreja de Santo Ambrósio em Milão, lendo, talvez, as *Confissões* de Santo Agostinho. Tal como Ambrósio, o leitor tornou-se cego e surdo ao mundo, às multidões de passantes, às fachadas desbotadas dos edifícios. Ninguém parece notar um leitor que se concentra: retirado, absorto, o leitor torna-se lugar comum. (Manguel, 1997, p. 59)

Para Darnton (2010), o livro só é livro, de fato, quando lido. Ao mesmo tempo em que suas ideias se aproximam das de Manguel, quanto à importância do leitor, o autor vai além na questão da história da leitura, mostrando como os impressos podem ser, ao mesmo tempo, antigos e atuais. Tomando o livro como exemplo, ele esclarece que esse objeto teria sido o primeiro, antes mesmo do walkman ou do radinho de pilha, a inventar a mobilidade, seguido pelo jornal. Em outro exemplo, em um de seus artigos⁸, ele mostra como publicações diárias do século XVIII já apresentavam características específicas dos blogs, os diários virtuais, tão atuais, surgidos há pouco menos de uma década. Comparando informações curtas e rápidas de um blog americano, o Radaaonline.com, com uma nota do *Le Gazetier cuirassé ou anecdotes scandaleuses de la cour de France*, de 1771, Darnton demonstra que ambos tratam de um mesmo assunto, uma festa de casamento, de modo bastante parecido – tanto na forma quanto no conteúdo. Sendo assim, há de se imaginar que o livro e consequentemente os jornais podem ter seu lugar reservado no futuro.

A chave para questões ainda sem resposta desse tipo, se os jornais e os livros vão ou não deixar de existir, está na questão da alteridade. Para compreender os modos de pensar das antigas gerações e das de hoje, é preciso lembrar que os outros são os outros e não pensam necessariamente como nós. Darnton (idem) explica que devemos nos ver sempre diante de mentalidades diferentes das nossas. Ele mesmo faz isso, ao analisar as cartas enviadas pelo comerciante Jean Ranson, leitor comum do século XVIII, para Frédéric-Samuel Ostervald, da Sociedade Tipográfica Neuchâtel, e para outros editores e comerciantes de livros, com pedidos de publicações para sua biblioteca particular. Darnton se coloca perguntas como “de que forma Ranson lia?” ou “como Ranson aborda o livro enquanto objeto físico?” e tira algumas conclusões a partir do cruzamento dessas informações com fatos históricos e dados da sociedade francesa da época. Uma delas é que Ranson nutria grande predileção pelos livros de Jean-Jacques Rousseau e que era um exemplo de leitor que lia tanto de modo intensivo, lenta e repetidamente, poucos livros e de modo coletivo, quanto extensivamente, consumindo grande quantidade de artigos impressos, como jornais,

⁸ Artigo intitulado “Blogging, Now and Then”, sem tradução para o português, disponível em <http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2010/mar/18/blogging-now-and-then/>. Acesso em 13 de maio de 2010.

romances, folhetos, lidos em velocidade e posteriormente comentando-os nas rodas sociais.

As teorias e reflexões de Chartier, Darnton, Manguel, Briggs e Burke podem ser de grande valia ao analisarmos as relações que se estabelecem entre jovens que se preparam para dar aulas no futuro, jornais e sites de notícia. Compreender as mudanças nas práticas de leitura ocorridas nos últimos séculos é necessário, uma vez que esses estudantes são leitores assíduos do material que encontram na internet, ou seja, na tela do computador, e, de certa forma, são também protagonistas da revolução tecnológica que tanto modifica as maneiras de se ler.

1.3 – O que dizem as pesquisas internacionais sobre jovens e mídia

Se no Brasil ainda são raros os estudos que tratam especificamente das relações entre jovens e mídia, principalmente mídia impressa, o mesmo não se pode dizer sobre outros países da Europa ou os Estados Unidos. Alguns desses trabalhos, disponíveis em periódicos internacionais das áreas de Comunicação e Educação e que tratam principalmente da falta de interesse crescente de pessoas com menos de 30 anos sobre notícias e jornais impressos, serão de grande importância para a análise de alguns dados obtidos com a pesquisa de campo desta tese. Neste momento, será feita uma breve síntese das conclusões a que chegam alguns desses estudos.

Raeymaecker (2002) avalia, em uma pesquisa realizada com estudantes de 16 a 18 anos, na Holanda, as tendências de suas práticas de leitura. Participaram do estudo, de caráter quantitativo e qualitativo, que contou com a aplicação de um questionário e com entrevistas individuais, pouco mais de mil pessoas. A autora explica que, apesar de muitos estudiosos da mídia relacionarem o declínio do uso do tempo para a leitura como uma consequência da televisão – e do tempo dedicado à atividade de assistir à TV -, são muitas as variáveis que devem ser consideradas nesse processo. Entre elas, aparecem com mais força as variáveis de socialização. Raeymaecker aponta outros autores que demonstram que ter jornais disponíveis em casa, por exemplo, seria uma chave para que os jovens, de fato, lessem mais essas publicações. Rapazes e moças que possuem assinatura ou cujos pais compram

periódicos todos os dias tenderiam a desenvolver esse tipo de leitura e a reservar mais tempo para isso. Em sua pesquisa, a autora chegou a uma semelhante conclusão: aqueles que têm acesso a jornais em casa regularmente tendem a expressar menos preconceito contra os periódicos.

Além disso, um dado interessante e importante merece ser ressaltado: a boa convivência com os pais, quando estes estão abertos ao diálogo, também pode ser um fator motivador de uma relação positiva dos adolescentes com os jornais impressos. Jovens cujos pais são vistos como parceiros são mais influenciados por eles tanto a ler mais quanto a ter preferências parecidas em relação ao conteúdo do que leem. Além disso, jovens que discutem aquilo que leem com seus pais demonstram interesse por Política nacional e internacional, Economia e Cultura. A influência dos pais é ainda um pouco maior do que a das mães, segundo essa pesquisa, apesar de os dois percentuais serem altos em relação aos níveis de leitura dos filhos.

Há ainda um aspecto curioso em relação à questão do gênero, abordada nesta pesquisa. Se, por um lado, não houve diferenças significativas entre os sexos, comparando os intervalos de tempo dedicados à televisão ou às revistas, o mesmo não ocorreu em relação ao tempo usado para se ler livros e jornais. As meninas entrevistadas dedicavam mais tempo à leitura de livros (25 minutos diários, contra 17 minutos, por parte dos rapazes), enquanto os meninos passavam mais tempo do que elas lendo jornais (18 minutos diários para eles, contra 13 minutos para elas). Além disso, rapazes leem jornais com mais frequência – 25% deles afirmaram ler periódicos todos os dias, contra 16% das meninas.

Sobre a televisão, os resultados da pesquisa em questão mostraram que não há uma relação tão direta entre o fato de assistir à TV e ler pouco. Pelo contrário, quanto mais tempo os estudantes afirmavam ver televisão, mais tempo dedicavam à leitura de jornais e revistas, apesar de outros estudos, como explica a autora, demonstrarem o contrário. Ainda sobre esse tema, Raeymaecker (2002) chama a atenção para o fato de que o tempo reservado para a leitura de revistas é bem diferente do de jornais. No geral, os entrevistados afirmaram passar 25 minutos diários lendo revistas, 10 minutos a mais do que dedicam, em média, aos periódicos. Entre revistas e jornais estão os livros, que são lidos por cerca de 21 minutos ao dia.

Em pesquisa realizada com 28 estudantes universitários e de Ensino Médio, de caráter qualitativo, Huang (2009) concluiu que, nos próximos anos, a indústria de notícias deveria ter como meta a realização de uma verdadeira “convergência online”, a fim de proporcionar às gerações mais jovens uma experiência de consumo de notícias multimídia, em um ambiente em que podem personalizar o que lhes é relevante, ao mesmo tempo em que podem participar ativamente do processo, não só recebendo, mas também produzindo notícias. Tradicionalmente, segundo o autor, sempre acreditou-se que aos jovens bastava crescer e amadurecer para, então, tornarem-se leitores de jornal. Com a internet ofuscando a mídia tradicional, no entanto, a questão que se coloca é se esse jovem de hoje vai realmente se tornar um adulto leitor de jornais impressos. Assim, Huang (idem) baseou seu estudo em quatro perguntas: que usos os jovens fazem das notícias e que tipo de gratificação tiram delas? Como a mídia atual tem falhado no endereçamento de notícias aos jovens? Qual é o papel da mídia participativa em satisfazer as necessidades dos jovens em termos de consumo de notícias? Quais são as melhores estratégias para servir os novos consumidores de notícias, baseando-se em suas necessidades? Para chegar a algumas conclusões a partir dessas indagações, a pesquisa foi realizada em três rodadas de entrevistas, realizadas por e-mail, com perguntas abertas e fechadas. Os próprios entrevistados foram convidados a pensar em soluções para que a mídia se tornasse mais palatável a pessoas de sua idade.

As primeiras conclusões, baseadas apenas nos hábitos de consumo de mídia, são interessantes para traçar um perfil dos jovens entrevistados. Mesmo que seus pais assinem jornais locais (61%), esses jovens normalmente leem essas publicações ou ainda jornais escolares em suas instituições de ensino (71%) e ocasionalmente em casa (54%). Eles leem um ou mais jornais uma vez por semana ou menos (61%), os assuntos pelos quais mais se interessam são Esportes (46%), Mundo (43%), Notícias Locais (43%) e Entretenimento (34%). Leem textos longos menos de uma vez por semana (75%), têm TV a cabo em casa (93%) e assistem diariamente a programas de televisão (93%). Eles passam a maior parte do tempo assistindo a programas de entretenimento (90%), esportivos (65%) e educacionais (60%). Notícias são acompanhadas pela televisão por 55% dos entrevistados. Quase todos têm internet

banda larga em casa (93%) e assim acessam e-mails (64%), fazem parte de redes sociais (61%) e leem notícias (48%). Ao visitarem sites de notícias, preferem aqueles que são de grandes empresas de comunicação, como CNN.com (43%) ou MSNBC.com (29%). Buscam as notícias geralmente na internet (82%), que vem seguida nessa questão pela televisão (54%), pelos jornais impressos (7%) e pelo rádio (4%).

Com as respostas às questões de caráter aberto, o pesquisador conclui que a maioria dos jovens entrevistados acredita que é importante acompanhar as notícias, dar crédito às empresas de comunicação tradicionais e estabelecidas e, talvez, dar uma chance aos jornais impressos. Mas, uma vez que lidam com uma rotina acelerada, tentando fazer malabarismos para dar conta de estudos, emprego, redes sociais, hobbies, entretenimento, esportes, entre outros, grande parte desses jovens opta por colocar no fim da lista de prioridades a busca por se manterem por dentro das últimas notícias. Curioso é que eles usam a mídia, de forma geral, não apenas para saber o que está acontecendo, mas, na maior parte das vezes, para se envolver nas outras atividades que listam como mais prioritárias. O consumo de notícias, geralmente, acaba servindo como fuga temporária de suas necessidades fundamentais. Tome-se como exemplo aquele jovem que abre o MSN e decide se desviar um pouco do que pretendia fazer em um primeiro momento, que era conversar com um amigo pela web, para ler algo que encontra na página de notícias do próprio compartilhador de mensagens instantâneas.

Sendo assim, esses jovens precisariam de informações escritas em estilo conciso, visual e multimídia, uma forma de apresentação que traria para eles a saciedade do instantâneo. Eles buscam as notícias para acompanhar, principalmente, o mundo ao seu redor, identificar ou até mesmo construir seus valores pessoais e ter conhecimentos básicos para participar de conversas em geral. Eles gostam de controlar as notícias que acessam e a maneira pela qual as acessam e, para alguns, não há lógica em ser apenas um receptor passivo. Por isso, esses estudantes querem contribuir com conteúdo, através de blogs ou podcasts⁹. Em sua maioria, não são

⁹ Podcast é um recurso tecnológico, um canal de comunicação informal que permite a transmissão e distribuição de áudio na internet, o que contribui para a disseminação da informação de maneira fácil, rápida e gratuita.

independentes financeiramente ou não se encontram em situação estável, o que quer dizer que acesso gratuito às notícias é muito importante para esse grupo.

Todas essas características, explica Huang (2009), foram determinantes para que esses jovens escolhessem a internet como meio de satisfazer suas necessidades de diversão, identidade e relacionamentos pessoais. Para eles, internet é sinônimo de atualização rápida e frequente, fácil navegação, praticidade, fuga rápida do trabalho para as notícias ou outras formas de relaxamento, portabilidade, filtragem de notícias de acordo com sua relevância, personalização, grande oportunidade de se ler aquilo que se deseja com profundidade (se assim o quiser, pela facilidade de pesquisa), interatividade, possibilidades de contribuição de conteúdo e, finalmente, acesso livre. O estudo também demonstrou o que outras pesquisas já haviam apontado, que a falta de tempo, o custo e a falta de interesse pelo conteúdo são determinantes da não-leitura ou da pouca leitura de jornais impressos. Além disso, da mesma forma que Raeymaecker, Huang afirma que os pais exercem uma significativa influência no consumo de notícia por parte dos seus filhos. Grande parte do desinteresse parcial ou total dos pais sobre as notícias e a falta de um incentivo para que seus filhos leiam tiveram e ainda têm consequências profundas sobre o modo de agir desses jovens.

Ainda assim, há pesquisadores que apontam para a importância não só da influência dos pais, mas também a dos amigos, principalmente durante a adolescência. Nathanson (2001) afirma que, uma vez que a criança entra na segunda fase do Ensino Fundamental e se torna adolescente, é ainda incerto o quanto a mediação dos pais é suprimida pela mediação de seu grupo de pares, que tende a se tornar cada dia mais forte e mais significativa em suas vidas. Ao investigar os efeitos da televisão sobre esse grupo específico, principalmente com o intuito de analisar que efeitos os pares provocam em cada adolescente, o autor afirma que os amigos parecem abrir caminho para uma influência negativa que esses indivíduos podem vir a sofrer da TV. O que há de mais significativo nessa relação entre pares, principalmente nessa idade, é que os adolescentes começam a se ver como participantes ativos e de igual poder em relacionamentos onde eles mesmos podem criar suas normas. Na relação com o outro de mesma idade, com o amigo, os significados são construídos em conjunto, ao contrário do que acontece no

relacionamento com os pais, em que as respostas sobre o que deve ou não ser feito já estão elaboradas. É esse um dos motivos pelos quais essa relação entre amigos pode se tornar tão atraente.

Assim, quando se investiga as mediações no uso da mídia, de forma geral, é certo que, por ser a adolescência um período em que há uma interação forte entre os pares, não há dúvida de que os amigos exercem uma forte influência nas escolhas pessoais (sobre o que assistir, o que ler ou o que ouvir). Nathanson (2001) explica, por exemplo, que o ato de assistir à MTV (Music Television, canal de clipes musicais e programação para jovens) ou outros canais voltados para o público juvenil está diretamente relacionado ao tanto de tempo que os adolescentes passam com seus amigos. Além disso, é com as pessoas da mesma idade que os adolescentes passam mais tempo, fazem mais atividades, travam mais discussões e se aconselham.

Lauf (2001), em outra pesquisa, analisou dados de audiência/leitura de jovens em nove países membros da União Europeia, em 1980, 1989 e 1998. Para ele, o declínio dos mercados de jornais impressos está intimamente ligado à questão da idade dos leitores. Em um primeiro momento, ainda na década de 80, a leitura diária de impressos cresce nos países investigados, mas nos anos 90 o declínio é bastante perceptível. Dos nove países investigados, apenas a Alemanha apresenta um leve aumento nessa década. A maior queda se dá no Reino Unido, que passa de uma taxa de 67% de leitores diários, em 1989, para 54%, em 1998. Em seguida, vem a França, que passa de 40% para 29%. Em todos os outros locais (Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Holanda), essa mesma taxa também cai, e o autor afirma que é a idade o fator determinante. Um aumento de pessoas jovens que não leem mais jornais diariamente para se informar é o que ocasiona a queda. O autor, neste estudo, não concorda com a ideia de que há ainda espaço para uma expansão da mídia impressa europeia. Em todas as regiões do continente, a faixa etária se tornou uma forte variável entre aqueles que leem e aqueles que não leem jornais todos os dias. Esse sinal é alarmante, pois se mostra presente não só na Europa, mas também nos Estados Unidos.

O declínio das taxas de leitura diária varia de país para país. Mas, uma vez que o padrão de faixa etária se repete, há que se levar em conta que os esforços das

empresas jornalísticas na reformulação dos jornais, com mudança de formatos (de standard para tabloides), ou ainda seu prestígio e reputação conquistados ao longo de anos de pouco adiantam para atrair o público de pouca idade.

Sobre essa questão da idade, a pesquisa de Elvestad e Blekesaune (2008), acerca da leitura de jornais em 23 países europeus, aponta que a faixa etária é, sim, importante para compreendermos as questões que envolvem a leitura de notícias, mas que ela pode variar de acordo com a região. A Europa, eles explicam, caracteriza-se por um alto número de leitores de jornal, em comparação com o resto do mundo, mas, ao mesmo tempo, a situação atual dos impressos em cada país diferencia uma região da outra no continente. As diferenças entre as taxas de leitura podem ser interpretadas tanto como uma expressão das características dos indivíduos, como uma expressão das características do país como um todo.

Além desses aspectos, de acordo com Elvestad e Blekesaune (2008), é preciso levar em conta questões como religião, indicadores políticos e até mesmo econômicos para pensarmos que influências esses dados podem ter sobre aquela população em geral. A extensão da batalha que os jornais impressos travam com outras mídias na busca por anúncios também é fator importante nessa questão. Na escala formulada pelos autores, os irlandeses estão no topo entre aqueles que mais leem jornais (53 minutos por dia), enquanto os gregos aparecem na última posição (16 minutos diários). Ainda assim, em países onde há uma alta circulação de jornais de grande tiragem, como a Irlanda e a Inglaterra, esses impressos podem virar, dentro de alguns anos, uma prática apenas da elite da região. Além disso, populações que envelheceram ao longos dos últimos anos tendem a abandonar mais tarde os jornais impressos de hoje.

Essas pesquisas são de extrema importância para investigarmos também o que se passa nas relações que se estabelecem entre jovens e mídia impressa também no Brasil. Apesar de vivermos em realidade distinta, há pontos em comum entre os jovens do mundo todo, dado que seu ambiente mais comum hoje é a internet. É através dela que podemos notar certas identificações e também tentar compreender a substituição de um meio de comunicação tradicional por aquilo que hoje representa o novo.

1.4 Jovens, futuros professores e mídia: situando as questões da pesquisa

Todas as reflexões expostas, até este momento, contribuem com a construção do objeto desta tese. Pensar em um mundo marcado por uma revolução tecnológica e os impactos disso nas práticas de leitura é imaginar também que são as novas gerações as primeiras a se formar no interior daquilo que é totalmente novo. Ao contrário das gerações que as precederam, os que têm menos idade experimentam hoje uma nova maneira de ler sem terem vivido em um ambiente em que existia apenas a antiga forma de se relacionar com o escrito. Caberá a eles, de certa forma, o futuro dos livros e dos jornais impressos, sua existência renovada ou seu desaparecimento. Pensar nessas questões relacionadas diretamente à escola, através daqueles que se preparam para ser professores, estudantes de Ensino Médio Normal / Magistério, parece ainda mais urgente.

Baccega (2005) enfatiza que hoje, com um telefone e um computador, temos acesso ao mundo. Há quem diga que, agora, o professor será, se já não tiver sido, substituído pelo computador, pelo vídeo e pela televisão. Essa mudança no perfil da sociedade atinge a escola, com uma nova exigência, a de que ela se dedique, cada vez mais, a um objetivo: formar cidadãos críticos. A cada dia temos mais possibilidades de produtos que podemos ler, ouvir e ver e, nesse grupo de novidades, podemos incluir a TV a cabo, que nos dá a possibilidade de assistir a programas das mais variadas partes do mundo, e a internet, que nos fornece a interação em tempo real. Mas o nosso número de horas diárias continua sendo o mesmo: são apenas 24, para que sejam utilizadas da melhor forma possível, como destaca a autora.

É preciso, portanto, que se saiba, primeiro, escolher o que queremos ver, ouvir e ler; segundo, que saibamos “ler” esses produtos, inter-relacionando-os entre si e relacionando-os com o que acontece ao nosso redor; terceiro, que essa inter-relação seja resultado da consolidação de objetivos que reflitam a nossa cultura e a construção de um mundo mais humano. (Baccega, 2005, p. 9)

Para que isso ocorra, é fundamental garantir o espaço de reflexão. E o espaço de reflexão privilegiado sempre foi e continuará sendo a escola. A coordenação do processo estará sempre nas mãos do professor (Baccega, 2005). Na reconfiguração e

no redimensionamento da escola, um dos eixos é ensinar ao aluno a trabalhar a informação, para que ele possa incorporá-la e utilizá-la, ajudando na solução de problemas de sua realidade. Sendo assim, não haveria melhor lugar para realizar a pesquisa de campo desta tese do que em uma escola que forma professores. Podemos, ao mesmo tempo, tentar compreender de que forma esses alunos que lá estudam, os normalistas, estão desenvolvendo sua capacidade crítica junto à mídia impressa e online não só como estudantes, mas também como professores, já que o serão em um futuro próximo.

Cabe aqui, neste momento, comentar brevemente algumas questões relativas à juventude e também às escolas de Ensino Médio Normal, cujos estudantes, jovens, são objeto principal desta pesquisa.

De acordo com dados do Censo 2000, há, no Brasil, 34 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos. A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2007 mostrou que essa população representa cerca de 17% do número total de brasileiros. Novaes (2006) afirma que pela importância numérica e pela significativa quantidade de problemas que atingem essa faixa etária, a juventude deveria ser objeto de muitas pesquisas. Além disso, de acordo com a socióloga, há uma certa urgência em se desvendar os pontos de vista dessa geração e desvelar suas experiências criativas, que modificam trajetórias individuais e reinventam vínculos e formas de agregação social.

Como mostram Almeida e Tracy (2003), as pesquisas acadêmicas sobre jovens ganharam espaço nas décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Inglaterra. Naquele momento, no entanto, as preocupações estavam voltadas para questões relativas ao que era denominado delinquência juvenil (principalmente a masculina) e à preocupação com as classes trabalhadoras. Anos depois, já na década de 70, esse viés caiu em desuso, como consequência da crítica feita pelas pesquisas feministas que se posicionavam contra o foco excessivo em uma juventude desviante e masculina. Nos anos 80, emergiu a questão da interação das culturas jovens com a economia, a moda, a mídia e a música, fato que definiu o quanto esse grupo etário poderia ser interessante comercialmente para o mercado. Ainda assim, finalizam as autoras, é consenso entre os pesquisadores de que são necessários estudos mais

aprofundados, para que seja possível assimilar a complexidade de processos através dos quais os jovens reinventam e reinterpretam formas culturais heterogêneas. Knauth e Gonçalves (2006) apontam outro dado interessante: nos dias de hoje, com a violência urbana crescente, as pesquisas que se propõem a analisar gangues e tribos estão em franca expansão, mas tal fato parece configurar um retorno aos estudos da década de 50 sobre delinquência juvenil, sobretudo aqueles realizados pela escola de Chicago. A juventude de hoje, de acordo com elas, é *“ora vista como vítima das estruturas, ora produtora da violência – resultado da desigualdade entre classes, perseverante na atualidade”* (p.96).

Sobre esse aspecto do papel dúbio da juventude de hoje, cabe ressaltar que há ainda outra dualidade relacionada a ser jovem atualmente, segundo Abramovay (2005). Os jovens, por um lado, são vistos como futuro da nação e, por outro, como irresponsáveis no presente. Ou seja, ao mesmo tempo em que a sociedade deposita neles uma esperança de dias melhores, há também o medo e a falta de confiança nessa parcela da população, uma vez que ela é concebida como aquela que não produz.

De fato, a dificuldade que parecem enfrentar os pesquisadores que se propõem a estudar a juventude e seus fenômenos se dá não só pela complexidade dos processos engendrados por esse grupo, mas também pelo fato de não existir uma definição homogênea do que é juventude ou do que é ser jovem. Na apresentação do livro *“Juventude e sociedade – Trabalho, educação, cultura e participação”*, Regina Novaes e Paulo Vannuchi (2004) se colocam uma pertinente indagação: *“De saída, como caracterizar a juventude?”* (p. 10). O significado etimológico, aquele que é mais fácil de ser agarrado em busca de uma definição, mostra que a palavra “juventude” quer dizer “aquele que está em plena força da idade”.

Se levarmos em consideração o que institui a maior parte dos organismos internacionais, consideram-se jovens aqueles que se encontram na faixa dos 15 aos 24 anos. Mas, ressaltam Novaes e Vannuchi (idem), outras idades já são propostas em abordagens acadêmicas, na dinâmica da vida política e na mídia. Assim, não é de se estranhar que imagens que oscilam e são até mesmo contraditórias vêm sendo, cada vez mais, atribuídas ao grupo: a juventude pode ser, por exemplo, considerada

perigosa, pode ser o lugar da esperança, ou o paradigma do desejável, entre outros. Sobre essa mesma questão, Kehl (2004) conclui:

Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40, todos os adultos são *jovens*. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir (Kehl, 2004, p. 89-90)

A importância de se estudar a juventude pode ainda ser medida através das palavras de Ribeiro (2004), que tenta sintetizar o papel desse grupo nos últimos 200 anos. Explica o autor que essa fase da vida, quando já se saiu da infância e da dependência e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento, da paternidade e da produção, desenha um espaço para a definição do caminho do próprio indivíduo. “*Esses 10 a 20 anos assumem, assim, vários sentidos. São fundamentais (...) na escolha do rumo a tomar na vida. Dotam-se de um sentido pedagógico, marcando o tempo em que cada um revê o que recebeu e pode pensar no que quer dar*” (Ribeiro, 2004, p. 24).

Pela diversidade de concepções apresentadas até o momento, cabe ressaltar que, neste trabalho, a noção de juventude estará mais vinculada a uma ideia defendida por Brandão (2006):

Entre as diversas possibilidades de interpretação teóricas a respeito da juventude, há uma que a vê como processo de transição ou passagem, percurso ou trajetória biográfica na qual se lançam luzes sobre a construção social e subjetiva dos sujeitos. Ela não é considerada a partir de marcos etários, nem como grupo ou categoria social, dotada de certa unidade de representações e atitudes. Na óptica aqui privilegiada, adquire centralidade a aquisição gradativa de autonomia pessoal nessa fase da vida. (Brandão, 2006, p. 79)

Segundo Abramovay (2005), não há somente uma juventude, mas juventudes que se constituem em um conjunto social diversificado, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder na nossa sociedade. A juventude, por definição, de acordo com a autora, é uma construção social relacionada com formas de ver o outro, seja através de estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça, grupo, entre outros. Assim, existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e

específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizadas. Para Novaes (2006), qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais. Entre os jovens brasileiros, a desigualdade mais evidente diz respeito à classe social, que dita a maneira como se dá a relação entre escola e trabalho. Mas, claro, há outros recortes que também interferem nessa questão, como gênero, raça e local de moradia.

Em seu artigo “Juventude e mídia: possíveis singularidades de uma audiência ativa”, Fisher (2005) analisa os resultados de uma pesquisa de recepção acerca das relações entre mídia e juventude. A partir da investigação, a autora conclui que jornais, TVs e revistas conferem incansavelmente sentidos para os acontecimentos, objetos, grupos sociais, pessoas, sentimentos, atos políticos e desejos. Nos debates que promoveu com grupos de jovens, estes muitas vezes afirmaram como seus, ou seja, como verdades suas, tudo aquilo que era dito pela mídia. Além dessa conclusão da autora, que nos faz ter uma boa noção de como os meios de comunicação estão presentes e se fazem importantes na vida dos jovens, uma pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Ler, intitulada “Retratos da Leitura no Brasil”¹⁰, realizada em 2008, em que 42% dos entrevistados tinham até 24 anos, revelou que, quando perguntados sobre o que estavam lendo naquele momento, a maioria citava revistas (52%) e jornais (48%).

Há, ainda, uma questão que mais uma vez evidencia a complexa relação entre o jovem de hoje e a mídia: a velocidade da informação induziria esses sujeitos a terem uma percepção do tempo muito mais rápida que a de outras gerações. Pires (2003), por exemplo, é uma das autoras que traz à tona essa discussão, ao dizer que as crianças e os adolescentes que estão em sala de aula hoje têm seu processo de construção subjetiva marcado não somente pela relação com a família e a escola, mas também por máquinas que, até pouco tempo, sequer existiam, a não ser na imaginação daqueles que criavam filmes de ficção científica.

¹⁰ Pesquisa disponível em <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>. Acesso em 25/02/2010

O advento do computador pessoal, por exemplo, não propicia unicamente uma mudança objetiva, uma nova maneira de realizar tarefas, mas ultrapassando a dimensão de utilidade, terminou por gerar uma nova forma de comunicação, de relação com a escrita, de organização do pensamento e, mais amplamente, a uma nova percepção do tempo e do espaço. Tais transformações atingem tanto as crianças que têm um computador em seu quarto, quanto aquelas que nunca chegaram a utilizá-lo. Trata-se de experiências diferenciadas que, no entanto, inscrevem-se em um contexto compartilhado (...) (Pires, 2003, p. 63)

Sobre as mídias de hoje e sua relação com seus públicos, Villela (2002) considera que, na atual teia de informação, marcada principalmente por sua característica descentralizada, não existe uma definição exata de emissor-receptor. Esses são hoje papéis dinâmicos, considerados temporários. Pode-se dizer que atualmente o poder dos detentores da palavra, que um dia, há algumas décadas, já foi absoluto, esvaziou-se e deixou obsoleto o conceito clássico da comunicação “um-muitos”, em que “um”, por ser força de expressão, impõe sua verdade constantemente para “muitos”. A anarquia no processo das mídias vem minando o conceito clássico dos donos do poder: a rede é por natureza um veículo de expressão “muitos-muitos” e no ciberespaço existe a liberdade para quem quiser expor sua mensagem, seja ela qual for. É possível perceber, a partir da constatação do autor, que, se a velocidade da informação cria hoje, nos jovens, uma nova percepção de tempo e espaço, como já foi dito anteriormente, a maneira pela qual essa informação lhes é apresentada e pode ser acessada também cria uma postura das novas gerações em relação aos meios de comunicação bem diferente daquela adotada pelas gerações passadas.

*

*

*

Fazem parte desse grupo complexo, difícil de ser caracterizado, imerso em um mundo com uma nova forma de se relacionar com a mídia, os jovens futuros professores, que hoje cursam o Ensino Médio Normal e são os sujeitos pesquisados nesta tese. Para compreender um pouco do contexto em que se insere a formação de professores em Nível Médio, é preciso recorrer às Leis de Diretrizes e Bases promulgadas nas últimas décadas.

A lei 4.024/61, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, delegava aos cursos normais a formação de professores, orientadores e supervisores do Ensino Primário e que atendiam a infância. O nível superior era exigido para professores do Ensino Médio, ao mesmo tempo em que esses docentes deveriam ser aprovados em concursos de provas e títulos. Em 1971, a lei 5.692 ainda exige o 2º grau como formação necessária para os professores das séries iniciais, mas não faz nenhuma menção sobre a formação daqueles que atuam na Educação Infantil. Além disso, o concurso público de provas e títulos como admissão para o magistério de 1º e 2º graus é estabelecido. Já a lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases mais recente, de 1996, traz uma mudança nesse cenário: é a primeira a exigir formação em nível superior para os professores da Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, ao mesmo tempo em que também admite a formação em Nível Médio, modalidade Normal. Assim, o docente da Educação Infantil e das primeiras séries do Ensino Fundamental seria formado em universidades, nos cursos de Pedagogia ou Normal Superior, ou em Nível Médio, modalidade Normal.

Em 2005, o Ministério da Educação cria o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil), um curso, em Nível Médio, modalidade Normal, que teria como objetivo proporcionar aos professores sem habilitação mínima exigida por lei e que atuam na Educação Infantil os conteúdos do Ensino Médio e a formação pedagógica necessária. O programa, de caráter emergencial, surgia para corrigir as defasagens percebidas àquela época, mas vale ressaltar que ele existe até hoje, revelando que profissionais sem formação adequada talvez continuem sendo contratados pelos municípios. Com o modelo federativo da Constituição, a responsabilidade sobre a Educação Infantil – e sobre os profissionais que vão atuar nesse segmento - cabe aos municípios, responsáveis pelo cumprimento das normas que exigem qualificação mínima.

Por fim, há apenas dois anos, em 2009, foi aprovada a revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, que confirmava a necessidade de o professor da Educação Infantil ser habilitado em nível superior (Parecer CNE/CEB nº 20/2009).

Monlevade (2009), em seu artigo, “Normal de Nível Médio: atual e prioritário, até quando?”, aponta que a lei 9.394, de 1996, parecia ter instituído que

todos os professores deveriam ser formados em cursos superiores e que os que tivessem formação de Nível Normal seriam admitidos apenas temporariamente. Mas, cerca de 11 anos depois, ainda temos mais de 200 mil alunos em cursos de Ensino Médio modalidade Normal, de acordo com o autor, ao mesmo tempo em que foram criados milhares de cursos de Pedagogia e Normal Superior, de onde saem, a cada ano, cerca de 100 mil professores que vão atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Monlevade (idem) questiona até quando persistirá essa dualidade de formação e ressalta que, em sua opinião, nas condições atuais do país, o Ensino Médio Normal seria o mais apropriado meio de formação inicial, quando pensamos em uma perspectiva de caminho de formação para aqueles que querem seguir a docência.

Para entendermos o ponto em que hoje se encontram as escolas dessa modalidade, é interessante trazer um pouco de sua história. Foi com a instituição da República que o Brasil assistiu à construção de prédios especializados, nas capitais e cidades principais do país, dedicados única e exclusivamente à formação de professores primários. Eram as chamadas Escolas Normais. Como havia um aumento constante de alunos nos cursos primários, não restavam dúvidas de que havia também a necessidade de se criar Escolas Normais. Foram essas as escolas que formaram milhares de professores e criaram uma espécie de instituição nacional: a normalista. Isso, segundo Monlevade (2009), não acontecia apenas no Brasil, mas a nossa peculiaridade, o que tínhamos de diferente em relação a outros países, é que essa nossa instituição apenas era suficiente. Depois que a jovem conseguia seu diploma do Normal, sua formação da professora estava completa.

Alguns acontecimentos específicos serviram para que, já na década de 40, esse quadro se desestabilizasse: o êxodo de professores para o magistério secundário, com melhores salários e condições de trabalho; o aumento de possibilidades de formação para o magistério, então com as licenciaturas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; e a descaracterização das Escolas Normais, em 1971, pela lei 5.692, uma vez que os cursos normais foram reduzidos, a partir daí, a um pequeno número de habilitações profissionais do 2º grau, que poderiam ser oferecidas em quaisquer estabelecimentos de ensino profissionalizante.

Dessa forma, reduziu-se o número de professores formados no Ensino Médio Normal, lecionando em escolas de Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Mas um dado importante que deve ser considerado nesse contexto é que, há menos de três anos, o MEC registrava 209.449 matrículas de estudantes em cursos normais nas redes federal, estadual, municipal e particular, segundo dados do Censo Escolar. Ou seja, ainda temos uma boa parcela de jovens dedicando quatro anos a um Ensino Médio Normal, diferentemente dos três anos do Ensino Médio regular. Eles continuam sendo atraídos para essas instituições, uma vez que já com essa diplomação podem se inscrever em concursos de determinadas redes municipais de ensino e há, de certa forma, uma oferta precária em relação ao Ensino Médio, que é de competência dos estados.

Levar em consideração a complexa realidade do Ensino Médio modalidade Normal, no Brasil, é extremamente importante para analisar o que dizem os estudantes que dele fazem parte.

*

*

*

O objetivo desta tese é conhecer as relações entre os normalistas, futuros professores, e jornais impressos e eletrônicos, com que frequência acompanham as notícias através de cada um desses suportes, por que tipo de informação se interessam e quais publicações e sites são lidos e/ou acessados por eles. Além disso, com um maior aprofundamento a partir da constatação de suas preferências, será feita uma análise das considerações que fazem esses jovens da imprensa de um modo geral, qual é a importância que dão a cada tipo de notícia que recebem, ou a qual são expostos, que usos fazem desse material (tanto em sua vida escolar, como em seus momentos de lazer), que impacto a mídia tem sobre o seu dia a dia e as principais diferenças entre essa geração e as anteriores, se pensarmos em questões ligadas à interação com a mídia e às práticas de leitura. Por fim, tentaremos compreender qual é o impacto dessa relação que eles desenvolvem tanto na escola, quanto fora dela, em seu futuro profissional.

Para alcançar tais objetivos, foram formuladas quatro questões norteadoras, que serviram também como base para as estratégias metodológicas que foram utilizadas no trabalho de campo. As questões estão discriminadas abaixo.

- Os jovens, futuros professores, leem jornal impresso ou jornal on-line?

Há, hoje, pouca informação sobre a relação entre os jovens e a mídia escrita, de forma geral. Pode-se afirmar que as mídias impressa e eletrônica, apesar de serem muitas vezes aliadas, pois complementam as informações uma da outra com as ferramentas de que dispõem, também competem pela atenção de um mesmo leitor.

- Por que motivos leem ou não as publicações impressas ou eletrônicas?

Trata-se aqui de perceber quais são as estratégias usadas por essas mídias para atrair seus leitores e como elas são absorvidas - ou não - pelo público jovem.

- Como as escolas em que estudam fazem uso da mídia? O objetivo é conhecer o modo pelo qual as instituições de ensino trabalham com jornais e sites de notícia. Se há algum projeto específico e como os alunos percebem a importância desse tipo de trabalho não só como estudantes, mas também como futuros docentes.

- Que usos fazem os estudantes que se preparam para ser professores das informações captadas a partir dessas mídias? Por último, mas não menos importante, esta questão é colocada para pensarmos sobre o impacto que as notícias têm sobre esses jovens, a partir dos usos que eles fazem das informações às quais têm acesso e de como têm acesso.